

# OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X  
E-ISSN 2184-173X



# OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



**OPHIUSSA** REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

## Volume 6 - 2022

**DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

**CONSELHO CIENTÍFICO**

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

Grégor Marchand

CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

**SECRETARIADO**

André Pereira

**CAPA**

Desdobramento da decoração do «ídolo» cilíndrico oculado da Herdade da Cariola. Desenho Guida Casella a partir de fotos VSG.

**COORDENADOR DAS RECENSÕES E REVISOR DE ESTILO**

Francisco B. Gomes

**PAGINAÇÃO**

TVM Designers

**IMPRESSÃO**

AGIR – Produções Gráficas

**DATA DE IMPRESSÃO**

Dezembro de 2022

**EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)**

300 exemplares

**EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)**[www.ophiussa.letras.ulisboa.pt](http://www.ophiussa.letras.ulisboa.pt)

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).



Copyright ©Revista Ophiussa 2022

**EDIÇÃO**

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa 1600-214 Lisboa.

[www.uniarq.net](http://www.uniarq.net)[www.ophiussa.letras.ulisboa.pt](http://www.ophiussa.letras.ulisboa.pt)[uniarq@letras.ulisboa.pt](mailto:uniarq@letras.ulisboa.pt)

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996). O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

## ÍNDICE

Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 3. O «ídolo cilíndrico» de Ervidel (Herdade da Cariola) VICTOR S. GONÇALVES	5
<i>Heads &amp; tails</i> : Bell Beakers and the cultural role of Montejunto Mountain (Portugal) during the second half of the 3 <sup>rd</sup> millennium BC ANA CATARINA BASÍLIO	23
O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa, Portugal) no 3.º milénio a.n.e.: entre a <i>antroposfera</i> e a <i>zooesfera</i> FREDERICO AGOSTO	43
The materialization of an iconography: a LBA/EIA metallic representation of an “anchoriform” or “anchor idol” (?) from the Fraga dos Corvos habitat site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal) JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ, ELSA LUÍS, CARLOS MENDES, PEDRO VALÉRIO, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, ANTÓNIO M. MONGE SOARES	69
A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo FRANCISCO B. GOMES	85
O sítio arqueológico de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz, Portugal) no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular FLÁVIO IMPERIAL	105
A importação de ânforas do Tipo <i>Urceus</i> em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES	127
<i>Traianeum</i> de <i>Italica</i> . Campaña arqueológica 2016/2017 SEBASTIÁN VARGAS-VÁZQUEZ	143
El asentamiento rural romano de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, España): Nuevos datos arqueológicos LUIS-GETHSEMANÍ PÉREZ-AGUILAR, SALVADOR ORDÓÑEZ AGULLA	163
A ocupação romana da Lezíria (Castro Marim, Portugal) ANA MARGARIDA ARRUDA, MARGARIDA RODRIGUES	187
Os recursos animais no Noroeste da Lusitânia do período republicano à Antiguidade Tardia (Séculos II a.C. - VII d.C.): Uma perspectiva a partir das evidências zooarqueológicas do centro de Portugal PATRÍCIA ALEIXO, GIL VILARINHO	209
Recensões bibliográficas (TEXTOS: FREDERICO AGOSTO, ANA MARGARIDA ARRUDA)	231
<i>In memoriam</i>	243
Política editorial	246
Editorial policy	247

# O sítio arqueológico de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz, Portugal) no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular

The archaeological site of Arruelas  
(Maiorca, Figueira da Foz, Portugal)  
in the context of the Roman Conquest  
of Western Iberia

FLÁVIO IMPERIAL

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho  
fimp\_3@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-5431-1846>

**RESUMO:** Em 1992, durante as obras de abertura do troço do I.P.3 que ligou Santa Olaia à Figueira da Foz, que não contou com acompanhamento arqueológico, foram recolhidos vários fragmentos cerâmicos, de importação itálica a maior parte. O espólio consiste em fragmentos cerâmicos de ânforas Dressel 1A, Campanienses A (Napolitanas) e de um *kalathos* (cerâmica ibérica). Pela localização e profundidade do achado, estaremos perante os vestígios de um naufrágio de uma embarcação romano-republicana, com uma cronologia (140-130 a.C.) que a deve relacionar com as campanhas militares de *Decimus Junius Brutus* (138-137 a.C.) e a conquista romana do Ocidente Peninsular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Naufrágio Romano Republicano; Conquista militar; Ânforas; Cerâmicas campanienses; *Kalathos*.

**ABSTRACT:** In 1992, during the construction of the highway connecting Santa Olaia to Figueira da Foz, that had no archaeological survey, several ceramic fragments were collected, mostly from italic import. The assemblage consists in pottery fragments of Dressel 1A amphorae, Campanian A ware (Neapolitan) and of a *kalathos* (iberian ceramic). The location and depth of the find suggests that we are dealing with the remains of a wreck of a roman republican ship, with a chronology (140-130 BC) that may relate to *Decimus Junius Brutus* (138-137 BC) military campaigns and the roman conquest of the Western Iberian Peninsula.

**KEYWORDS:** Roman Republican Shipwreck; Military conquest; Amphorae; Campanian ware; *Kalathos*.

## 1. INTRODUÇÃO

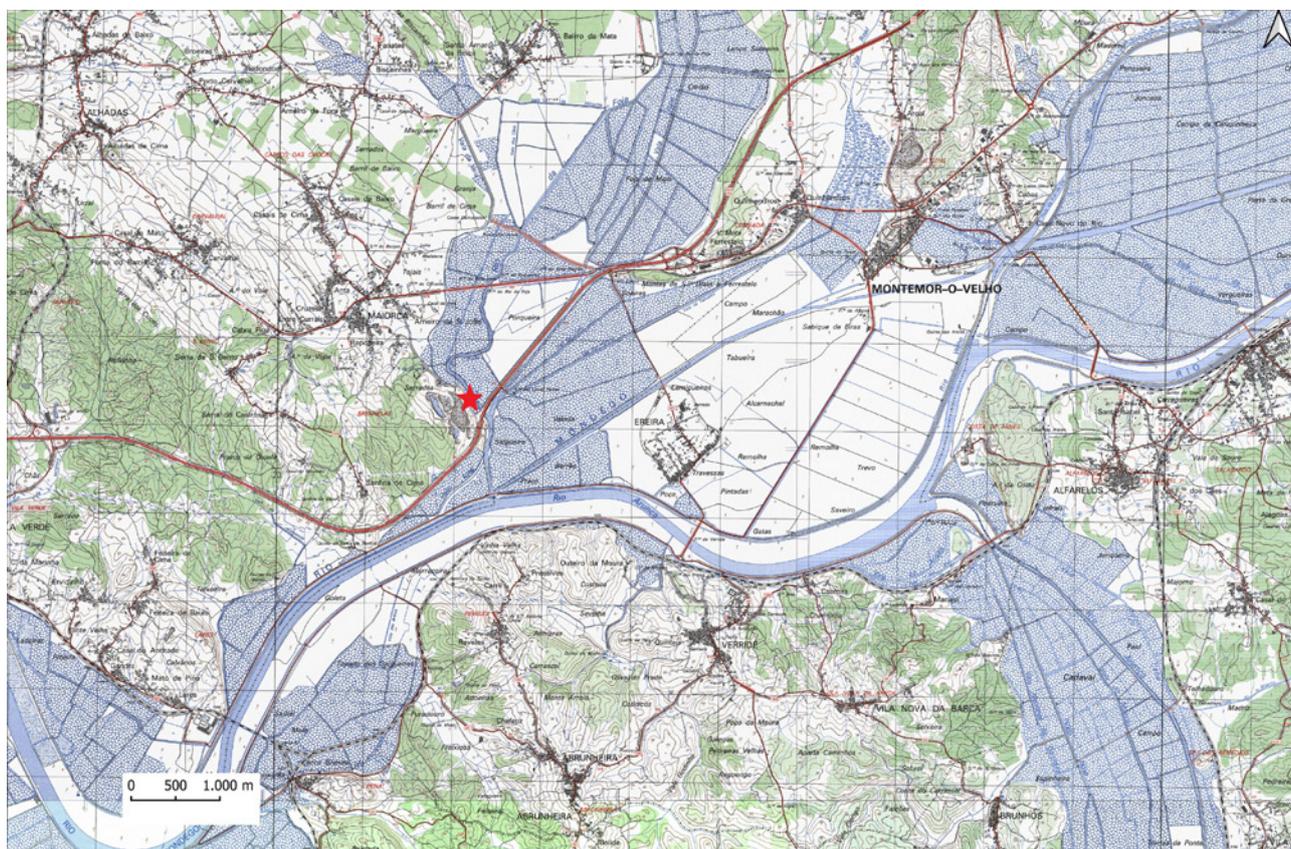
Este trabalho analisa um conjunto de material cerâmico recolhido em 30 de Novembro de 1992, a uma profundidade de 3,5 / 4 m., durante as obras de abertura do troço do I.P.3 que ligou Santa Olaia à Figueira da Foz. Esta obra não contou, infelizmente, com acompanhamento arqueológico, sendo que foram recolhidas por um manobrador de máquinas que as cedeu ao Eng. Luís Marçal Correia de Oliveira, para fazerem parte do espólio do Museu do Campo. O local, com o topónimo de Arruelas, situa-se no sopé de uma elevação onde existe uma pedreira (pedreira do Varino), na freguesia de Maiorca, Concelho da Figueira da Foz (Figs. 1 e 2).

A zona tem características profundamente aluviais, sendo ainda hoje frequentes grandes inundações nos meses de maior pluviosidade. O remeximento dos terrenos trouxe à superfície uma enorme quantidade de areias e saibros, onde se detectam inúmeras cascas de bivalves, prova da existência de fauna marinha nesta zona em tempos recuados. Ainda há bem pouco tempo as marés se faziam sentir na zona de Montemor-o-Velho, conhecida pelo seu porto marítimo-fluvial



**FIG. 1** Localização do sítio de Arruelas (Maiorca) sobre imagem de satélite da European Space Agency (disponível em [http://www.esa.int/spaceinimages/Images/2016/03/Iberian\\_Peninsula](http://www.esa.int/spaceinimages/Images/2016/03/Iberian_Peninsula)).

medieval. Nesta altura (e sobretudo em épocas anteriores) o estuário do Mondego teria seguramente uma configuração diferente, mais aberto e relacionado com o mar até Montemor, onde encontrava as marés. De referir ainda a proximidade do sítio classificado dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo, com ocupação desde o Neolítico, mas com importantíssimos



**FIG. 2** Localização do sítio de Arruelas (Maiorca) com base nas Cartas Militares de Portugal 1:25.000 n.ºs 228, 229, 239, 240, 249.

vestígios da Idade do Ferro, que podem indiciar o estabelecimento de uma fundação fenícia, o que só prova a forte relação desta área com a fachada atlântica e mesmo com horizontes mediterrânicos. Estes vestígios da Idade do Ferro são primeiramente assinalados por Santos Rocha, que promoveu intervenções arqueológicas no por si denominado “Castro de Santa Olaia” em finais do século XIX/inícios do século XX (Rocha 1971) e os apresenta e descreve no Catálogo do Museu (Rocha 1905). Outros trabalhos foram realizados já no século XX, sob a orientação científica de Isabel Pereira, como veremos posteriormente.

Tendo em conta a profundidade a que os materiais foram recolhidos, para mais sendo inequivocamente um ambiente de areias e cascas de bivalves, numa zona de estuário aluvionar, a primeira ideia que se formula é a de estarmos perante vestígios de um naufrágio. Aliás, um naufrágio nesta zona não é de estranhar, visto que ainda na Idade Média, como já referimos, o Mondego era navegável até montante de Coimbra, sendo Montemor-o-Velho porto marítimo-fluvial de relevância, como o atesta a referência do geógrafo árabe Edrisi (século XII), que aconselhava quem demandava Santiago de Compostela por via marítima a “partir do Castelo de Montemor” (Coelho 1989: 72) (certamente não do Castelo, mas das suas vizinhanças). A ligação destas terras a actividades náuticas é ainda comprovada pela existência de construção naval na época dos Descobrimentos. Temos conhecimento de um Lopo Afonso, de Verride (margem esquerda do Mondego, em frente a Montemor), descrito como “carpinteiro e mestre de fazer caravellas e barcas” num documento, datado de 23 de Agosto de 1449 (Coelho 1989: 837). O próprio monte de Santa Olaia, na Alta Idade Média, surge na documentação como *Angliata*, que deve ter o seu étimo em *Anguluata*, vocábulo que se reporta a um sítio com vários ancoradouros (Alarcão 2004: 14). Para melhor se entender como seria o local do achado no séc. II a.C., foi incluída neste trabalho (Fig. 3) a proposta de configuração do Baixo Mondego (entre 3000 e 1000 a.C.) formulada por Senna-Martinez (1989). Estamos em crer que no séc. II a.C. a configuração não devia ser muito diferente.

Como se comprova pela figura apresentada, a zona dos achados seria uma zona navegável, formando um estuário protegido pelo estreitamento de Reveles, pelo que não é de estranhar o aproveitamento da bacia aí

formada, pois facilitava as condições de atracagem.

Trabalhos de campo relativamente recentes (Wachsmann *et al.* 2009), que acompanhámos, permitem ter uma leitura da deposição sedimentar na zona envolvente de Santa Olaia e Ereira, precisamente a zona estuarina a montante do estreitamento de Reveles. É assumido que a evolução estuarina contemporânea da ocupação fenícia de Santa Olaia permitia o acesso ao povoado por barco, a quem o demandava vindo do mar, através de um vasto estuário. Este amplo estuário manteve-se praticamente inalterado até cerca de 2200 a.C., altura em que a deposição de sedimentos criará uma zona de delta (Wachsmann *et al.* 2009: 10-11). O largo estuário continua a dar lugar a uma zona de delta, transformando-se numa zona de meandros alagáveis, braços de rio e ribeiros e bacias mais superficiais. É impossível perceber onde se situaria nesta altura o canal principal do rio Mondego, mas podemos inferir da navegabilidade da zona de Arruelas (Maiorca), pois que os materiais romano-republicanos retirados dum ambiente de areias, saibros e bivalves assim o parecem indicar. O autor refere que nesta fase de cerca de 2300 BP (Wachsmann *et al.* 2009: 12), a zona de Santa Olaia ainda apresentava uma profundidade entre 1,75 e dois metros, portanto perfeitamente navegável.

De referir que as peças apresentadas neste artigo pertencem ao Museu do Campo (da Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, situado na Carapinheira, Concelho de Montemor-o-Velho) e que actualmente se encontram cedidas e em exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz.



**FIG. 3** A ria flandriana do Baixo Mondego: 1 – local dos achados; 2 – Santa Olaia; 3 – *Conimbriga*; 4 – Acampamento de Antanol; 5 – *Aeminium*. Base cartográfica de Senna Martinez 1989, modificada.

## 2. OS MATERIAIS

Os achados cerâmicos consistem em restos de quatro ânforas (todas conservando total ou parcialmente o bordo e o colo, uma conservando ainda uma asa e o arranque do corpo), fragmentos de cerâmica de verniz negro itálico, três fragmentos de um mesmo *kalathos*, e um seixo com vestígios de possível utilização humana. Foram ainda recolhidos fragmentos de parede e uma asa de ânfora. Apesar de ser um sítio sem intervenção arqueológica, é, no entanto, contextualizável, como vimos anteriormente. Pensamos ainda ser relevante o facto de estarmos perante um achado fechado, que possivelmente corresponderá a parte da carga de uma embarcação romano-republicana, apresentando vários tipos de cerâmica, mas comprovadamente contemporâneos. O material anfórico foi desenhado pelo Dr. José Alberto Simões Franco, com tintagem do Dr. Eduardo Oliveira.

### 2.1. As ânforas Dressel 1A (Fig. 4)

Todos os fragmentos de ânfora, num total de quatro, apresentam bordo (ver Fig. 4). A descrição das cores das pastas foi feita com base no código Munsell Color Soils (1973).

- **Ânfora 1 (Fig. 4, n.º 1)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, o colo, parte do ombro e do corpo e uma asa inteira. Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado, longo colo cilíndrico, ombro bem marcado, largo e horizontal. O corpo também aparenta ser cilíndrico, pelo menos o seu arranque.

PASTA: Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta sonora. Fratura regular. Bastantes elementos não plásticos (ENP's) nomeadamente os negros, de origem vulcânica, alguns de grande calibre. Também alguns ENP's brancos. Cozedura oxidante no interior (avermelhada, 2.5YR 5/6) e redutora no exterior (2.5YR 4/0). As fraturas das asas e um orifício/fratura do colo apresentam pasta de cor castanha avermelhada (2.5YR 5/4). Exterior com tonalidade bege muito claro (10YR 7/3).

- **Ânfora 2 (Fig. 4, n.º 2)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque das duas asas.

Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado e com extremidade bastante delgada. Longo colo cilíndrico (ligeiramente hiperbolóide), apresentando grafito em "cruz" (+) junto de uma asa. Asas de secção elíptica, espalmadas, com face superior pouco curva, arrancando perpendicularmente abaixo do lábio.

PASTA: Praticamente sem resina no interior, apresentando apenas uma pequena mancha (reutilização?). Pasta sonora. Pasta pouco depurada. Fratura regular, mas também menos que no exemplar n.º 3. Muito abundantes ENP's, sobretudo os negros, de origem vulcânica. Cor da pasta avermelhada, entre 2.5YR 5/8 e 2.5YR 4/8. Exterior com tonalidade bege muito claro (10YR 7/3).

- **Ânfora 3 (Fig. 4, n.º 3)**

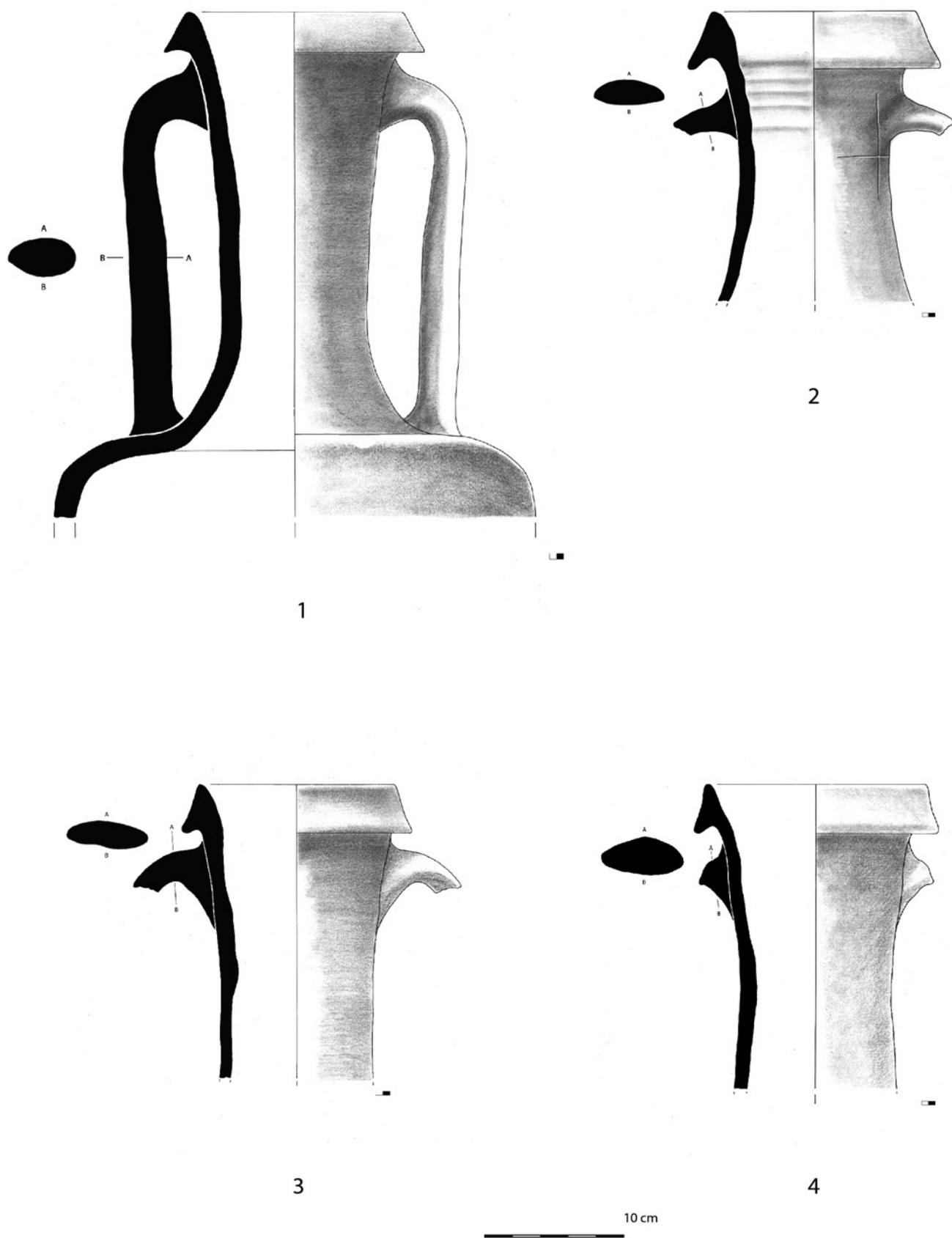
DESCRIÇÃO: Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque das duas asas. Lábio triangular/oblíquo. Longo colo cilíndrico. Asa de secção elíptica, bastante espalmada, com face superior pouco curva, arrancando perpendicularmente pouco abaixo do lábio.

PASTA: Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta sonora. Pasta mais depurada e compacta que nos dois exemplares anteriores, com fraturas lisas/regulares. Bastantes ENP's, de pequeno calibre, sobretudo os de origem vulcânica. Pasta de cor amarela avermelhada (7.5YR 7/6). Exterior com tonalidade bege muito claro (10YR 7/3).

- **Ânfora 4 (Fig. 4, n.º 4)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque de uma das asas. Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado e com extremidade bastante delgada. Longo colo cilíndrico. Asa de secção elíptica, com face superior curva, arrancando perpendicularmente abaixo do lábio.

PASTA: Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta menos sonora que as anteriores. Pasta pouco compacta e pouco depurada. Fraturas mais irregulares, com bastantes fissuras. ENP's de origem vulcânica de maior calibre, embora em menor quantidade que nas pastas das ânforas anteriores. Pasta de cor avermelhada (2.5YR 5/6). Sem engobe exterior.



**FIG. 4** As ânforas.

As ânforas, pese embora algumas pequenas diferenças, mormente na altura dos bordos, parecem pertencer todas à mesma classe. Com efeito, as ânforas apresentam bordos de secção triangular, colo alto e elegante. Através da peça que conserva uma asa (ânfora n.º 1), da asa que surgiu isolada e dos arranques conservados nas outras peças, podemos concluir que as asas são de secção oval, sendo bastante espalmadas nos casos das ânforas n.ºs 2 e 3. No caso da ânfora n.º 1, a asa remanescente arranca perpendicularmente ao colo, sofrendo inflexão que a leva a espriar-se depois em posição paralela a este, indo entroncar no início do ombro da ânfora, na zona de ligação ao colo. O arranque do bojo é arredondado, deixando depois pressupor um corpo cilíndrico. Quanto às ânforas n.ºs 2 e 3, o que ficou preservado do arranque das asas parece indicar que estas também teriam a mesma relação e posicionamento da anterior.

Esta característica, bem marcada, de um lábio triangular, levou Lamboglia (1955) a classificar estas ânforas como Dressel 1, variante A, contrapostas às variantes B e C, que apresentam lábio de fita alto. Esta classificação de Dressel 1A corresponde ainda à Classe 3 de Peacock e Williams (Peacock – Williams 1986: 86 – 88). Estes autores sublinham a semelhança dos bordos entre as Classes 2 (Greco-Itálicas) e 3 (Dressel 1A), colocando esta evolução por volta do terceiro quartel do século II a.C. (Peacock – Williams 1986: 24), configurando uma tipologia de transição, que os autores situam por volta de 140-130 a.C.. A Dressel 1A mantém ainda um ombro pronunciado, quase horizontal,



**FIG. 5** Possível *titulus pictus* em fragmento de bojo.

marcando claramente a divisão entre o colo e o bojo.

No que concerne à análise das pastas, todas elas se apresentam algo grosseiras, micáceas, com colorações entre o amarelo avermelhado (7.5YR 7/6) e o vermelho (2.5YR 5/6), sendo as pastas mais avermelhadas as dominantes. A pasta é sonora, com fractura irregular e bastantes inclusões de elementos não plásticos (E.N.P's). Nestes E.N.P's, para além da mica é de relevar a enorme quantidade de inclusões de partículas de rochas vulcânicas, algumas de grande calibre. Se exceptuarmos a ânfora n.º 4, todas elas apresentam um revestimento/engobe exterior de com tonalidade bege muito clara (10YR 7/3), que se pode dever ao facto de a argila ter sido misturada com água do mar (Peacock – Williams 1986: 45).

De referir, por último, que um dos fragmentos de bojo recolhidos apresenta o que se poderá identificar como *titulus pictus* (ver Fig. 5).

Caso se trate efectivamente de uma inscrição comercial, teria sido realizada com recurso a tinta (normalmente seria preta ou vermelha). Não nos é possível apresentar qualquer proposta de leitura devido à sua deficiente conservação.

## 2.2. As cerâmicas de verniz negro itálicas - Campaniense A (Fig. 6, n.ºs 1 a 6)

A análise das cerâmicas de verniz negro itálicas (Campanienses A), baseia-se na tipologia proposta por Jean-Paul Morel (1981). As ânforas, bem como o *kalthos*, foram desenhadas pelo Dr. José Luis Madeira.

### • Cerâmica de verniz negro napolitano 1 (Fig. 6, n.º 1)

DESCRIÇÃO: Fragmento de pátera, com pé em anel, conservando ainda parte do bordo. Inflexão nítida da parede perto do bordo. Inexistência de carena. Fundo com círculo inciso. No seu interior, dois círculos de *guillochures* que emolduram quatro estampilhas de folhas de parreira (com impressão deficiente ou muito estilizada) dispostas em forma radial.

PASTA: Pasta laranja rosada (5YR 5/8). Pasta não muito compacta, depurada, apresentando ENP's, sendo os de origem vulcânica de grandes dimensões. Alguns vacúolos. Engobe negro, interior e exterior, com poucos reflexos metálicos, sendo pouco aderente em algumas zonas. No interior, a

zona central do fundo apresenta coloração castanho esverdeada (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento). Também se observam uns pontos sem engobe em volta do pé, talvez devido ao facto de ter estado apoiado durante a cozedura.

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 2 (Fig. 6, n.º 2)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de pátera (?), com pé anelado. Fundo com círculo inciso. No seu interior, um círculo de *guillochures* que emoldura duas (presume-se que seriam quatro) estampilhas (folhas de parreira?) ainda mais estilizadas que na peça anterior, ou fruto de má impressão, dispostas em forma radial.

PASTA: Pasta de cor rosa acastanhada (5YR 5/3), pouco compacta, não fracturando de forma homogénea, e depurada. Apresenta poucos ENP's, sendo os de maior calibre de origem vulcânica, e alguns vacúolos. Engobe negro interior e exterior, sendo que na zona decorada se apresenta castanho esverdeado (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento).

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 3 (Fig. 6, n.º 3)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de taça, com pé em anel, apresentando em toda a volta da parede externa dois sulcos, possivelmente devidos ao fabrico a torno. Fundo com círculo inciso. No seu interior, um círculo de *guillochures* (algo descentrado) que emoldura quatro estampilhas (também descentradas) de palmetas (estas, já bastante perfeitas) dispostas em forma radial.

PASTA: Pasta rosa acastanhada (5YR 5/3), não muito compacta, mas mais que as anteriores, depurada, apresentando bastantes ENP's de muito pequenas dimensões (alguns de origem vulcânica são de maior calibre) e alguns vacúolos. Engobe negro, tendo a zona de impressão clara cor castanha esverdeada (5YR 3/1), pelos motivos já enunciados (disco de empilhamento). Este engobe "descasca-se" em pequenos fragmentos e não apresenta reflexos metálicos.

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 4 (Fig. 6, n.º 4)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Parte central do fundo sobrelevada. Fundo com círculo inciso. O círculo de *guillochures* e as quatro estampilhas de palmetas (duas bastante perfeitas, duas mal impressas) encontram-se descentrados.

PASTA: Pasta de cor bege rosada (5YR 6/3), mais compacta que anteriores, depurada, apresentando poucos ENP's, os de maior dimensão de origem vulcânica e alguns vacúolos. O círculo decorado e a parede exterior apresentam engobe negro. A parede interior apresenta engobe acastanhado (10YR 3/2), devido a problemas na cozedura.

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 5 (Fig. 6, n.º 5)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Fundo com círculo inciso. O círculo de *guillochures* e as três estampilhas de palmetas subsistentes (deveriam ser quatro e apresentam-se algo mal impressas) encontram-se descentrados.

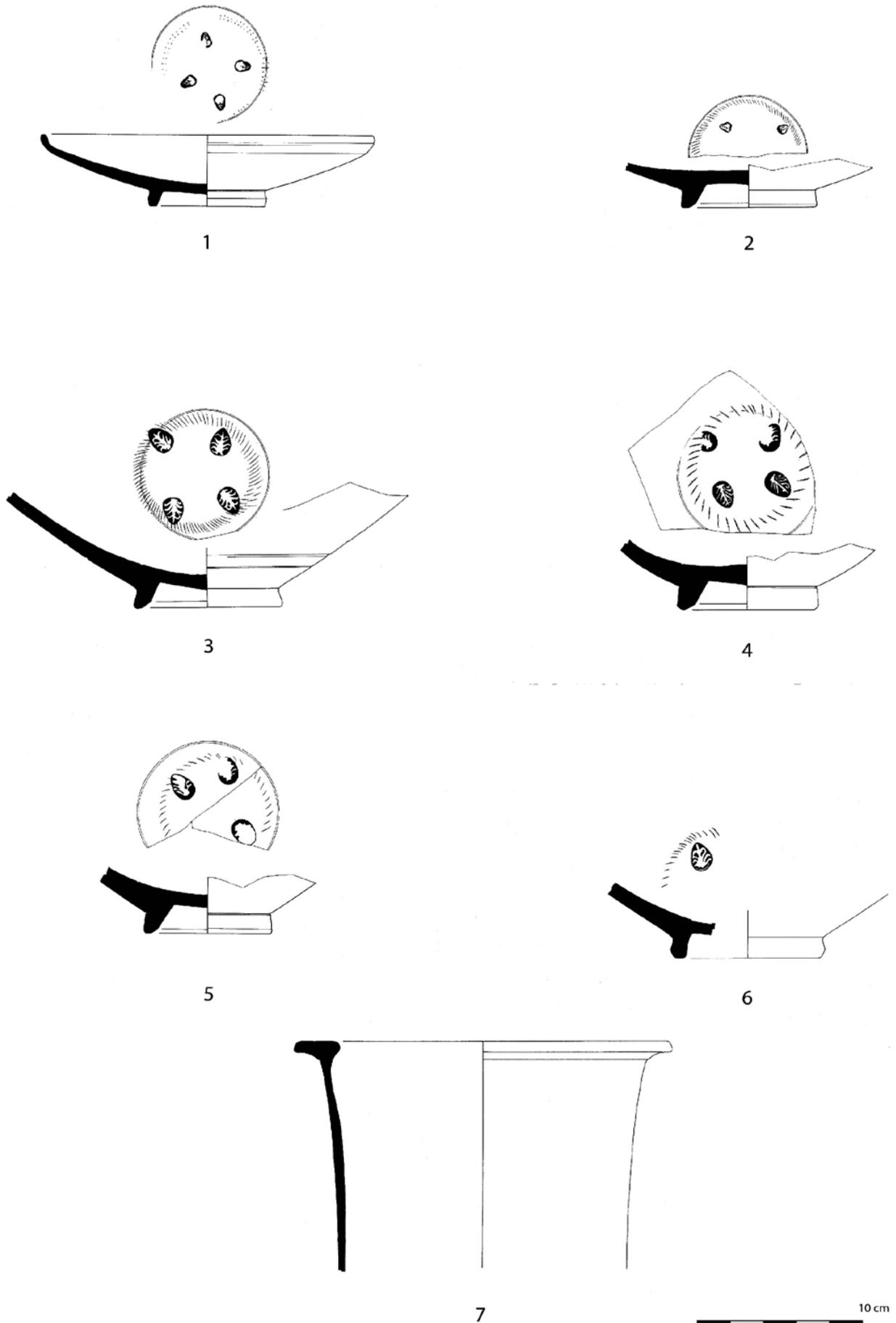
PASTA: Pasta rosa acastanhada (5YR 5/4), pouco compacta, depurada, apresenta alguns vacúolos, com alguns ENP's de origem vulcânica de grande calibre. Engobe negro, interior e exterior, soltando-se em lascas.

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 6 (Fig. 6, n.º 6)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Apenas subsiste parte das *guillochures* e uma palmeta com boa impressão.

PASTA: Pasta rosa acastanhada (5YR 5/4), pouco compacta, com fracturas mais irregulares, depurada, bastantes vacúolos, poucos ENP's, embora apresente um ou outro de maiores dimensões (sobretudo os vulcânicos). Engobe negro interior e exterior.

Todos os seis fragmentos apresentam pelo menos parte do pé da peça e o arranque do bojo, o que permite uma aproximação à sua classificação formal. Infelizmente apenas uma das cerâmicas apresenta parte do bordo, permitindo reconstruir o perfil completo e assegurar a sua classificação, sem restrições, como pátera ("tipo" 2252 b 1 de Morel, ver peça n.º 1,



**FIG. 6** As cerâmicas de verniz negro napolitano e o *kalathos*.

quadro 5). Uma outra peça (n.º 3, quadro 7), apesar de não apresentar o bordo, como ainda conserva uma boa parte do bojo, é possível de classificar como taça (“série” 2825 de Morel), embora neste caso não possamos ser tão peremptórios na sua classificação como na peça anterior. A peça n.º 2 (ver quadro 6), pelo que conserva, poderá ser classificada como possível fundo de pátera (“género” 2200 de Morel). Nas remanescentes três peças limitámo-nos a classificar o tipo de pé, pois a classificação da sua forma seria seguramente questionável, embora pela orientação das suas paredes pareçam corresponder a fundos de taças, formas abertas mas de perfil mais vertical que a pátera.

De referir que a peça n.º 1, pátera que permitiu a reconstituição de perfil completo, pertence à “espécie” F2250 de Morel, que surge em substituição da F2230 (Alves 2010: 30), por meados do século II a.C. Há, inclusivamente, uma referência (Morel 1981: 153) de que a F2252 b 1 (classificação que propomos para esta peça) se deve situar entre 140-130 a.C., com base nos dados do naufrágio de Punta Scalette, na ilha de Giannutri (Lamboglia 1964).

Todas as cerâmicas apresentam decoração, o que não será muito vulgar, pelo que se poderia pôr a hipótese de que a pessoa que as recolheu tivesse feito uma escolha, abandonando no local as peças que não a ostentassem. Contudo, não deve ter sido este caso, pois para além dos fundos e do bordo que foi possível colar, dando origem à peça n.º 1, também foi recolhido um fragmento de parede, sem decoração. Acresce o facto de também terem sido recolhidos fragmentos de bojo de ânforas, seguramente menos apelativos do que fundos de cerâmica itálica de verniz negro napolitana (Campaniense A) sem decoração, pelo que nos parece que todos os materiais notados pelo achador foram recolhidos.

De notar que, segundo Michel Py (1993: 147), a pátera F2252 é raramente decorada, sendo que no caso em que há decoração, esta se restringe a círculos concêntricos. Mesmo a “série” 2825 (a que pertence a peça n.º 3) é referida pelo autor como tendo “decoração eventual de palmetas”, o que só vem sublinhar a invulgaridade de todas as peças estudadas terem decoração, numa cronologia em que a tendência predominante é o desaparecimento das decorações na cerâmica itálica de verniz negro napolitana. A decoração de todas as peças é bastante similar, consistindo

em estampilhas impressas, distribuídas em forma radial (há três exemplares que conservam as quatro estampilhas impressas, sendo que as outras peças apresentam apenas uma, duas e três, devido às fracturas sofridas na base). Estas estampilhas eram envolvidas por um círculo de decorações circulares feitas com roleta (dois no caso da peça n.º 1) e por um círculo inciso (não presente na peça n.º 1, que como vimos apresenta dois círculos de decorações circulares, nem na peça n.º 6). Há peças que apresentam uma impressão de palmetas bastante perfeita (peças n.ºs 3, 6 e 4, embora esta última apresente duas mal impressas), outra que apresenta uma má impressão (peça n.º 5). O caso das cerâmicas n.ºs 1 e 2 é algo diferente, pois as estampilhas impressas são claramente de menores dimensões e devem ser inseridas noutra grupo ao nível da decoração, o grupo das folhas radiais (Bats 1988: 132-134).

Este grupo de decoração de palmetas (quatro) dispostas em forma radial, “emolduradas” por círculos de *guillochures* é típica de meados do século II a.C., podendo ter-se estendido por mais algum tempo, o que parece ser comprovado pelos materiais surgidos em *Lattara* (Lattes, França), onde se fixa o desaparecimento de tal tipo de decoração no início do século I a.C. (Py – Auroux – Sanchez 2001: 528). Torna-se até interessante a comparação de tipologias de decorações apresentadas (Py – Auroux – Sanchez 2001: 530, 532, 533) com as decorações apresentadas para as cerâmicas de verniz negro napolitanas apresentadas neste artigo. Deve destacar-se que o conjunto em apreço apresenta uma peça (a n.º 1) que emoldura a decoração impressa (não de palmetas, mas de folhas) com dois círculos de *guillochures*, sendo que as outras apresentam apenas um círculo de *guillochures*, mas já apresentam um círculo inciso exterior à restante decoração. É sabido (Principal-Ponce – Sanmartí 1997: 40) que esta decoração que apresenta círculos incisos deve ter surgido no penúltimo quartel do século II a.C., por influência das decorações das produções ditas Campaniense B. Os citados autores referem ainda que a pouco comum associação na cerâmica de verniz negro itálica napolitana de palmetas com círculos incisos deve corresponder a um momento final deste tipo de decoração, até porque é neste mesmo terceiro quartel que se assiste ao desaparecimento da decoração de palmetas e *guillochures*.

A decoração das peças n.ºs 1 e 2, como vimos, enquadra-se noutra grupo de decoração, o das folhas,

sendo que nos parece tratar-se de uma decoração de “folha de parreira”, possibilidade que nos parece até mais plausível na peça n.º 1. Este tipo de decoração com “folhas de parreira” é tido como mais antiga, mas há casos em que ela se pode ter estendido, pelo menos, até ao terceiro quartel do século II a.C. Um destes casos reporta-se precisamente aos materiais trazidos pelo exército romano-republicano para os acampamentos numantinos (Principal-Ponce – Sanmartí 1997: 40), propondo os autores uma datação situada entre 140-130 a.C. A própria tipologia das peças e a forma dos seus pés anelados também apontam para uma cronologia de 140/130 a.C., datação que se conjugava perfeitamente com a das ânforas.

No que diz respeito à análise das pastas, podemos dizer que elas são homogéneas nas suas características, apresentando colorações entre o rosa acastanhado (5YR 5/3 e 5/4), o laranja rosado (5YR 5/8) e o bege rosado (5YR 6/3). As pastas apresentam-se pouco compactas, depuradas, apresentando vacúolos e alguns ENP's, sendo que a maioria e os de maiores dimensões são os de origem vulcânica. Este tipo de pastas é típico dos fabricos da Campânia, como seria de esperar até pela cronologia das peças.

Todas as peças apresentam engobe negro, interior e exterior, com poucos ou nenhuns reflexos metálicos. Em algumas das peças (peças n.ºs 1, 3 e 5) o verniz denota ser menos aderente, havendo zonas em que se soltou em pequenas lascas. Nalgumas das peças (n.ºs 1, 2 e 3) nota-se ainda que o círculo central (que ostenta a decoração) apresenta coloração castanho esverdeada (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento).

### 2.3. O *kalathos*

A única peça recuperada e não carregada no início da viagem, algures na costa tirrénica italiana, é o *kalathos* (do qual foram recolhidos três fragmentos pertencentes à mesma peça), com origem na costa oriental da Península Ibérica, e que deve ter sido incluído a bordo como carga, nessa mesma região (Fig. 6, n.º 7). É uma cerâmica cinzenta escura, de pasta muito depurada e compacta, e de paredes finas para o tamanho que apresenta. O bordo, em aba horizontal, é de grandes dimensões, com forte projecção para o exterior e ligeira para o interior. Trata-se de um enorme contentor, com diâmetro externo de 230 mm.

Parece então tratar-se de um *kalathos*, forma 17 da cerâmica ibérica (Aranegui Gascó – Pla Ballester 1979: 79), mais especificamente da forma 17b, que congrega os *kalathoi* de corpo cilíndrico e bordo de “asa plana”. São cerâmicas de armazenamento, muito presentes em sítios arqueológicos tardo-republicanos, que tanto se podem apresentar com decoração pintada policroma, como podem ser cinzentas como o espécime de Arruelas (Maiorca).

Posteriormente, outros autores (Bonet – Mata 1992) propõem um novo tipo de classificação para estas peças. Assim, tipologicamente, os *kalathoi* são classificados na Classe A (Cerâmica Fina), Grupo II (recipientes de diversa morfologia, com funcionalidade dificilmente determinável, podendo ser multifuncionais, para armazenamento, ou outras actividades domésticas), Tipo 7, Subtipo 1 (cilíndrico). No caso do *kalathos* de Arruelas (Maiorca) este deve ser ainda inserido na variante 2 pois que, de acordo com a classificação proposta e os atributos métricos definidos (Bonet – Mata 1992: 121), o diâmetro ao nível do exterior dos bordos deve ser considerado como mediano (peças com diâmetros entre 10 e 25 cm). É ainda referido (Bonet – Mata 1992: 129) que há exemplares que não têm decoração (como o exemplar de Arruelas), nomeadamente uma produção específica procedente da Catalunha, bem como alguns recipientes de grandes dimensões. É um dos poucos tipos de cerâmica ibérica que é exportado para fora da zona de influência da Cultura Ibérica propriamente dita e é dos produtos que mais perdura depois da conquista romana. Como hipóteses de conteúdo surgem o mel, o *garum* e a púrpura.

Parece também que poucos exemplares de *kalathoi* foram recolhidos em naufrágios, mesmo nas costas do Mediterrâneo (Izquierdo 1995: 123), algo que acaba por trazer mais interesse à peça de Arruelas (Maiorca), com cronologias propostas entre 150-130 a.C. (Izquierdo 1995: 126).

### 2.4. Outros materiais/vestígios

Um outro material recolhido foi um seixo, de cor escura, possivelmente de anfíbolito (ver Fig. 7).

Se o seixo for contemporâneo e pertencer ao mesmo contexto dos achados cerâmicos, é provável que fizesse parte do lastro que todas as embarcações utilizavam, por forma a terem maior estabilidade na navegação.



**FIG. 7** Seixo.

### 3. RELAÇÃO COM O CONTEXTO PENINSULAR

Considerámos que, depois de analisadas as peças recolhidas e proposta a sua classificação, seria útil a sua contextualização no horizonte peninsular romano-republicano, por forma a obter uma visão mais vasta do achado e sua inserção na história da expansão territorial de Roma para Ocidente.

Uma primeira análise debruçar-se-á sobre os naufrágios romano-republicanos conhecidos, de cronologia similar. Infelizmente, para o actual território português não há registos de intervenções arqueológicas subaquáticas de contextos com esta cronologia. Assim, a nossa análise centrar-se-á em sítios arqueológicos subaquáticos das costas mediterrânicas de Espanha e das Baleares, por serem as mais próximas da zona em estudo no presente trabalho. Esta navegação mediterrânica era, ao tempo republicano, já bastante consistente, contrariamente ao que se passaria na fachada atlântica peninsular. Esta área mediterrânica seguramente que era sulcada por inúmeros navios de comércio marítimo interprovincial, como por barcos de cabotagem, dando expressão a uma rede local/regional de trocas comerciais (Campoy – Reyes 2008: 221). A própria logística das legiões romanas também muito por aqui deve ter passado, nomeadamente em direcção a portos como o de Ampúrias, verdadeira porta de entrada peninsular, pelo menos desde a Segunda Guerra Púnica.

Procuraremos também inserir o achado de Arruelas (Maiorca) na problemática da conquista romana

do Ocidente Peninsular. Tendo em conta a homogeneidade cronológica de todas as peças postas a descoberto, que apontam para uma datação do terceiro quartel do século II a. C., convém relacionar o achado com a conquista do Ocidente Peninsular ocorrida neste período, nomeadamente com as campanhas de Décimo Júnio Bruto, que o levaram até ao Norte do actual território de Portugal e Galiza. Os movimentos destas campanhas ainda hoje levantam muitas questões, sobretudo para a zona da fachada atlântica, nomeadamente no que concerne às deslocações das tropas e à logística dos seus reabastecimentos. Cremos, inclusive, que este poderá ser o achado fechado mais a Norte registado para esta época da conquista romana, daí a sua importância neste contexto.

#### 3.1. Naufrágios republicanos de cronologia similar

Como atrás referimos, infelizmente para o actual território português não são conhecidos sítios arqueológicos subaquáticos, devidamente intervencionados, para as cronologias aqui em análise. Alguns materiais têm surgido, por acção de obras ou da frota pesqueira de arrastão (Silva – Coelho-Soares – Soares 1987; Diogo – Alves 1988-1989; Arruda – Almeida 1999; Diogo 1999; Diogo – Cardoso – Reiner 2000), que nos absteremos de analisar dada a ausência de associações primárias. Referiremos apenas que mais a Norte, apesar de não se reconhecerem menções a materiais recuperados de meio aquático com cronologias similares, a existência de uma referência importante para a zona do interface do Baixo Mondego, num artigo que julgamos pouco conhecido (Cortez 1957). O autor relata o surgimento de materiais romanos (a 70 braças de profundidade, cerca de 130 metros) numa rede de arrastão, “provenientes do naufrágio de uma nave romana no enfiamento do estuário do Mondego, ao largo da Figueira da Foz” (Cortez 1957: 120). A seu pedido, o mestre do arrastão voltou ao local, tendo localizado com o apoio da sonda eléctrica, “no fundo, meio enterrado na vasa, os restos da nave naufragada” (Cortez 1957: 121). Posteriormente voltaram a lançar redes (!) para tentar recolher mais material, tendo sido recuperados *dolia* (é apresentada a fotografia de um) e ânforas (para as quais infelizmente não apresenta nenhuma imagem). Como é lógico, esta informação não nos dá qualquer tipo de hipótese de discernir a tipologia das ânforas e

a sua cronologia, mas fica, contudo, a informação, que julgamos não ser muito conhecida.

Já quanto aos dados recolhidos da análise dos materiais provenientes de naufrágios devidamente intervencionados pela arqueologia subaquática, estes são de extrema utilidade, sobretudo no que diz respeito à cronologia e estabelecimento de sequências morfológicas das peças, mormente na classificação morfotipológica de material anfórico (Arruda – Sousa 2013: 110). As autoras baseiam a sua análise cronológica das ânforas itálicas de Monte Molião na proposta de classificação de Asensio (2010), tendo por base os materiais de Colònia de Sant Jordi E (Ses Salines, Maiorca). Este artigo de Asensio parece-nos extremamente importante, pois analisa naufrágios com cronologia similar ao achado de Arruelas e não se resume à análise anfórica, pois nos carregamentos apresentados surgem outros materiais similares, como as cerâmicas de verniz negro itálico de produção napolitana (Campanienses A).

O autor sublinha que são muito mais abundantes (que em períodos anteriores) os sítios arqueológicos conhecidos, com presença de contentores itálicos na sua carga, atribuíveis ao século II a. C. (Asensio 2010: 27), apontando seis naufrágios que apresentam “ânforas greco-itálicas das variantes formais evoluídas”, de meados do referido século. Refere, a título de exemplo, o naufrágio de Es Llatzeret (Maó, Menorca), que apresenta um grande número de “ânforas greco-itálicas avançadas”, a par de um pequeno grupo de ânforas gregas (como tal, uma clara época de transição tardia). Acresce de interesse para este nosso trabalho o facto de o espólio anfórico vir acompanhado de um pequeno número de fragmento de cerâmica de verniz negro itálica napolitana (Asensio 2010: 31), para além de três lucernas itálicas de verniz negro. Ao nível dos perfis dos bordos e da implantação das asas, as ânforas apelidadas de greco-itálicas avançadas (Asensio 2010: 28) são muito semelhantes às por nós aqui estudadas, o que não é de estranhar pois que também se inserem na fase de transição entre as greco-itálicas e as formas Dressel 1. Dentro das próprias produções napolitanas de verniz negro itálico há claras semelhanças, nomeadamente com a nossa peça n.º 3 (“série” 2825 de Morel), registando-se também decoração de palmetas envolvidas por um círculo de decorações circulares feitas com roleta.

Os naufrágios de Cabrera 7 (Cabrera, Maiorca) e de Colònia de Sant Jordi E (Ses Salines, Maiorca) também são interessantes de analisar, pois em ambos nos deparamos com ânforas itálicas, tipicamente de transição (Asensio 2010: 30, 31), embora o seu número fosse inferior ao número das ânforas e outros materiais de produção púnica. Este facto de se detectar uma coexistência de ânforas itálicas (em menor número) e púnicas pode dever-se ao facto de os referidos naufrágios corresponderem a barcos comerciais, carregados de produtos itálicos mas, sobretudo, de produtos regionais, enquanto o carregamento exclusivamente itálico de Arruelas (se excluirmos o *kalathos*, que deve ter sido carregado como reabastecimento na Catalunha) se pode dever a um carregamento inicial e completo feito na Península Itálica, como apoio logístico de tropas (possivelmente das campanhas peninsulares de Décimo Júnio Bruto).

Do ponto de vista cronológico há, como se viu, uma clara linha definidora da evolução (como atrás também já referimos), com o estreitamento e alongamento das ânforas, verticalização dos lábios, colos e asas mais longos, características que se vão acentuando até finais do século II a. C. É com base nestes critérios que o autor propõe uma ordenação cronológica para a evolução tipológica das ânforas greco-itálicas, sendo de destacar o quadro evolutivo da Fig. 11 (Asensio 2010: 36), que apresenta a evolução crono-tipológica dos modelos anfóricos presentes nos naufrágios e onde é de salientar a semelhança entre a ânfora n.º 1 de Arruelas (Maiorca) e a imagem usada para representar o naufrágio de Cabrera 7. A única diferença mais visível prende-se com o facto de o ombro da ânfora de Arruelas ser mais horizontal (característica que é típica das ânforas mais antigas), sendo que o lábio, as asas e o colo são bastante semelhantes.

É, pois, de realçar a existência de vários naufrágios conhecidos no Mediterrâneo Ocidental que reúnem na sua carga ânforas Dressel 1A e cerâmicas de verniz negro itálico napolitanas, portanto sensivelmente a mesma carga exumada em Arruelas (Maiorca). Parece-nos, contudo, que a carga do possível naufrágio de Arruelas se apresenta ainda mais homogénea do que as cargas dos referidos naufrágios mediterrânicos, quer do ponto de vista do material anfórico, quer do ponto de vista do material dito campaniense. Tal facto, como já referimos, deve-se certamente ao facto de o naufrágio de Arruelas dever estar associado a um navio

de apoio a incursões militares romano-republicanas (como tal, é possível que a carga tenha sido feita num único local, ou numa zona geográfica mais restrita), ao passo que os naufrágios analisados por Asensio devem ser de navios comerciais, como tal com uma carga mais heterogénea, carregada em vários portos, englobando vários produtores. De notar ainda que, num dos naufrágios (Escombreras 2), é também referida a presença de *kalathoi*. A novidade dos materiais de Arruelas prende-se, sobretudo, com o facto de um achado fechado como este, com este tipo de carga e cronologia, surgir na fachada atlântica (ainda que em ambiente de interface de estuário) e não no, à altura já tão cruzado por rotas marítimas, *Mare Nostrum*.

### 3.2. A conquista romana do Ocidente Peninsular

É chegado o tempo de procurar uma contextualização ao nível da conquista romana do Ocidente Peninsular. Penso que se deve assumir esta ligação da conquista romana do Ocidente Peninsular com as campanhas de Décimo Júnio Bruto, pelo que há, pois, que procurar os vestígios deixados por essas ocupações militares, tarefa sem dúvida difícil, pois fica sempre a dúvida se um determinado contexto arqueológico se reporta efectivamente a uma ocupação castrense<sup>1</sup> (Fabião 2004: 53). Esta análise não será exaustiva, atendendo à quantidade de dados disponíveis e aos limites de extensão deste trabalho, antes se direccionará para a zona de charneira do Vale do Tejo.

Ainda antes de nos debruçarmos sobre a análise da conquista romana do Ocidente Peninsular propriamente dita, sobretudo do que se passou no actual território português, é pertinente referir o caso emblemático de *Valentia* (Valência, Espanha). Apesar de não se localizar no Ocidente Peninsular, o facto de ser uma fundação de raiz, descrita por autores clássicos, com numerosas e profícuas campanhas de escavações arqueológicas nas últimas décadas, serve como “farol” para o estudo destes passos iniciais da conquista e romanização. Com efeito, os dados das referidas intervenções arqueológicas permitiram indagar da veracidade e exactidão da datação historicamente proposta por Tito Lívio para a fundação da cidade em

138 a.C. (Ribera i Lacomba 2014: 61). Os materiais da época fundacional apresentam fragmentos de várias ânforas, maioritariamente itálicas, cerâmica de verniz negro itálico e cerâmica ibérica. Ao analisar as figuras apresentadas (Ribera i Lacomba 2014: 72), são claras as semelhanças entre o perfil dos bordos de algumas das ânforas apresentadas e as que surgiram em Arruelas (Maiorca), com os seus lábios triangulares bastante pronunciados e o colo cilíndrico. Também a cerâmica de verniz negro itálico se enquadra dentro da tipologia das de Arruelas, parecendo até que algumas apresentam decoração de círculos de *guillochures* a emoldurar estampilhas de palmetas. Nestes mesmos contextos, destaca-se ainda a presença de materiais produzidos na costa oriental peninsular, concretamente de *kalathoi* (Ribera i Lacomba – Romaní 2011: 319).

Em forma de conclusão, o autor refere ainda que à data da fundação há, pois, um claro predomínio de cerâmicas de importação itálicas (serviço de mesa e de cozinha e contentores para bens alimentícios, como o vinho), maioritariamente da Campânia, sendo que o material anfórico originário desta região configura o maior volume destes materiais importados (Ribera i Lacomba 2014: 80). Este facto não é de estranhar se atentarmos que estamos perante a fundação de uma colónia, que albergou veteranos das “Guerras Lusitanas” e que ao nível do consumo teriam clara preferência por produtos itálicos.

Como se vê, nota-se um certo padrão no que concerne aos materiais arqueológicos presentes em recintos tardo-republicanos (Morillo – Adroher Auroux 2014: 31), sendo de relevar “cerâmica campaniense A y B, ânforas y lucernas tardorrepublicanas, monedas romanas e ibéricas, así como elementos típicos del ajuar metálico como las fíbulas tipo Alesia, glandes de plomo, puntas de pilum y dardos para ballista o jabalina”. Infelizmente, em Arruelas (Maiorca), estamos reduzidos às cerâmicas de verniz negro itálico napolitano e às ânforas Dressel 1A, sendo de equacionar estarmos perante um navio encarregue da logística de abastecimento, transportando a necessária baixela e mantimentos e não equipamento militar (que também podia ter existido e não se ter encontrado/recuperado ou que pode não ter resistido, porque metálico, às condições do local, embora esta hipótese não nos pareça muito plausível). É sobretudo estranho, uma vez que aparece serviço de mesa (verniz negro itálico

<sup>1</sup> Parece-nos que nos casos em que aparecem artefactos de carácter bélico (como as *glandes plumbeae*) se pode afirmar estarmos perante uma ocupação militar do sítio, mesmo que tão só temporária, durante as deslocações das legiões.



**FIG. 8** Mapa do baixo Tejo, extraído de Fabião, 2014: 11.

napolitano), o facto de o nosso conjunto não registar qualquer peça de paredes finas (que se encontram em vários assentamentos militares desta cronologia) nem lucernas. Este facto pode perfeitamente ser atribuível ao contexto do achado, se levarmos em conta que a zona intervencionada pela obra pode não ter atingido toda a embarcação (como tal, não afectando toda a carga) ou que, por serem cerâmicas mais frágeis, a sua destruição foi maior, não procedendo o achador à recolha de fragmentos muito pequenos e/ou informes.

Ainda que haja uma disseminação por todo o actual território português de materiais de produção itálica com a cronologia aqui defendida (140-130 a.C.), a maior preponderância localiza-se a Sul do Tejo, palco de “grandes movimentações de tropas” (Parreira 2009: 55), mas também, sem dúvida, a zona mais estudada para este período específico. Os dados que comprovam esta ocupação aliada às movimentações das tropas do *Callaicus* serão analisados mais pormenorizadamente, mas convém reter desde já que, para além de *Olisipo* e *Moron*, estabelecidas em 138 a.C., os novos dados de sítios como Mesas do Castelinho (Parreira 2009: 94) que apresentam materiais itálicos (sobretudo anfóricos) em estratigrafia pós-conquista, vêm comprovar um claro estabelecimento estratégico na zona do Tejo. Pensamos que a partir dos dados do achado de Arruelas (Maiorca), bastante mais a Norte, se deverá começar também a questionar da importância geoestratégica do Vale do Mondego (pelo menos

do Vale do Baixo Mondego) como suporte das incursões militares romano-republicanas.

Este eixo de assentamento e penetração surge referido nas fontes clássicas (Estrabão e Plínio-o-Velho), sendo que desde há muito se pretende identificar, na margem Norte do Tejo, os vestígios arqueológicos comprovativos das referidas fontes (Fabião 2014: 9), “posições-chave para as campanhas de conquista em direcção ao norte”. Esta visão inicial de procura na margem Norte do rio tem sido alterada, pois que trabalhos realizados (Fabião 2014: 11) têm permitido discernir que esta ocupação se desenrolou em ambas as margens, provavelmente não se devendo só a uma preocupação militar de estabelecer uma forte base de apoio às acções militares, mas também já com intuítos de exploração de um território conhecido “pela riqueza aurífera cuja exploração pode ter começado nessa época e não mais tarde como habitualmente se tem pensado” (Fabião 2014: 9).

Como já atrás referimos, o vale do Tejo foi assumido como zona de charneira para as acções militares do terceiro quartel do século II a.C., facto ao qual não será estranha a sua facilitada e ampla navegabilidade, bem como as capacidades portuárias da sua foz, dados já referidos por Estrabão (Fabião 2014: 11) e que justificam a disseminação de sítios arqueológicos ao longo da bacia hidrográfica do rio (ver Fig. 8).

Os mais recentes dados da investigação confirmam que esta ocupação romano-republicana se localiza no terceiro quartel do século II a.C., embora a importância de toda esta zona se tenha feito sentir ao longo de todo o primeiro milénio a.C. (Pimenta 2014: 44). Muito do que referimos para as potencialidades do Baixo Mondego no que concerne à navegação, também se registava na embocadura do Tejo, que apresentava condições de excepção para se estabelecer como interface preferencial para a navegação atlântica (Pimenta 2014: 45): a descrição de “verdadeiro mar interior, de águas calmas e margens férteis, encontrando aí um ancoradouro seguro para qualquer tipo de embarcação”, se descontextualizada, pode perfeitamente colar-se à descrição do Baixo Mondego em período tardo-republicano (claro que em menor escala), nomeadamente à zona dos achados de Arruelas (Maiorca), a seguir ao estreitamento de Reveles. Mais, quando o autor refere “o seu papel como principal via de comunicação para o interior do território, por onde

se escoavam as matérias-primas e os excedentes dos férteis terrenos do alto Tejo irrigados pelas cheias periódicas, [...] ponto de contacto entre dois mundos o Mediterrânico e o Atlântico”, se trocarmos “Tejo” por “Mondego” o texto continua a ter a mesma pertinência. Parece-nos, também, que a navegabilidade referida até *Scallabis* (último porto de mar), sendo para montante a navegação feita com recurso a barcos mais pequenos, de menor calado, também deve ter tido o seu paralelo no Mondego, sabendo nós que até há pouco tempo as marés ainda chegavam a Montemor, pelo que a navegação na Antiguidade teria sido possível, talvez mesmo até *Aeminium*.

Estes novos dados permitem perceber claramente que em meados do século II a.C. se assiste ao súbito aparecimento de importações da península itálica, sendo que a cronologia pode ser ainda mais afinada, mais precisamente para o período entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das tipologias e correspondentes cronologias dos materiais surgidos (Pimenta 2014: 47). O espólio encontrado permite confirmar a chegada em grande número de cerâmicas de verniz negro itálico napolitanas, copos de paredes finas e lucernas, contentores vinícolas da Costa Tirrénica, sobretudo ânforas greco-itálicas tardias ou de transição, bem como exemplares de cerâmica ibérica, principalmente *kalathoi* (Pimenta 2014: 49). Todos estes materiais são consentâneos com a campanha desencadeada em 138 a.C. por Décimo Júnio Bruto, “com claros objectivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião lusitana e de reconhecimento de uma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular” (Pimenta 2014: 50). Esta pujante fase de ocupação militar parece ter terminado em finais do século II a.C., altura em que se assiste (nomeadamente no Castelo de São Jorge) a um claro declínio das importações itálicas (Pimenta 2014: 57).

Deixaremos de lado outros vestígios arqueológicos de Lisboa com idêntica cronologia aos de Arruelas (Pimenta *et al.* 2014; Mota – Pimenta – Silva 2014; Silva 2014), bem como os que permitiam o controlo da foz do Tejo na sua margem Sul (Barros – Henriques 2002), atendendo a que estes corroboram o panorama já previamente descrito.

Seguindo o rio em direcção a montante, detemo-nos no sítio de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos), pois que a sua localização e aparente

função apresentam pontos de contacto com Arruelas (Maiorca). Está localizado na margem esquerda do Tejo, já na zona de influência de *Scallabis* e *Móron*, de que falaremos adiante. Pode-se hoje concluir que, para além da ocupação proto-histórica, registou uma forte ocupação romano-republicana, com abundantes materiais de proveniência itálica (Pimenta – Mendes – Arruda - Sousa - Soares 2014: 43-46). Dentre estes são de relevar um elevado número de ânforas itálicas (greco-itálicas e Dressel 1), alguns fragmentos de cerâmica de verniz negro itálico napolitano, fragmentos de paredes finas, “elementos associados à presença militar romana, como é o caso da glande de chumbo recuperada” e referências orais a moedas republicanas recuperadas por detetoristas. Parece-nos muito curiosa e pertinente a hipótese levantada pelos autores de que possamos estar perante um *vicus* portuário, que terá começado a exercer essa função em época das campanhas do Galaico, não sendo propriamente um assentamento militar, mas funcionando como entreposto/local de descarga dos produtos itálicos que chegavam para abastecer as tropas já localizadas nesta zona (nomeadamente no Alto do Castelo, Alpiarça, que se localiza na mesma margem).

No que concerne aos dados associados ao sítio arqueológico de Chões de Alpompé (Santarém), que se poderá interpretar “como a cidade de Morón e/ou como Acampamento militar romano” (Pimenta 2014: 57), parece haver uma coeva ocupação indígena do sítio, notando-se depois uma significativa ocupação republicana, atestada pela abundância de ânforas itálicas, algumas das quais de tipo greco-itálico (Fabião 2014: 12). Apesar de *Móron* ter sido mencionada por Estrabão, a par de *Olisipo*, como um dos sítios mais importantes do baixo Tejo, ela “não volta a ser mencionado na literatura antiga e não há nenhuma epígrafe latina que se lhe refira, ou seja, parece constituir local abandonado e de que não restou memória toponímica” (Fabião 2014: 13). Uma análise “do estado da arte” do conhecimento que se tem sobre o sítio foi realizada em 2014 (Pimenta – Arruda 2014), antecedendo as primeiras campanhas de escavações arqueológicas que se realizaram no local (2015 e 2016). Estas campanhas (Arruda *et al.* 2018) revelaram ocupações desde a I Idade do Ferro até à época islâmica (materiais detectados no enchimento duma fossa). Na cronologia que mais interessa para a questão em análise neste artigo, romano-republicana,

foram registados importantes resultados sobre o sistema defensivo. Será de destacar que numa estrutura negativa originada por um rebaixamento do estrato geológico na zona da base do talude da muralha se registou um enchimento com “fragmentos de ânforas itálicas, que podem integrar-se nas formas Dressel 1 ou Greco-itálica” (Arruda *et al.* 2018: 207). A ânfora classificada como Dressel 1A, da qual se apresenta desenho (Arruda *et al.* 2018: 219) tem um lábio triangular bastante menos nítido e pronunciado que as ânforas da mesma classe de Arruelas (Maiorca). Na mesma página também surge a reprodução desenhada (Fig. 17, n.º 105) de cerâmica de verniz negro itálica napolitana, recolhida em prospecção (Arruda *et al.* 2018: 216).

Santarém, a antiga *Scallabis*, goza de um extraordinário posicionamento geoestratégico, de dominância sobre o Vale do Tejo. Embora distante da foz do rio e de *Olisipo*, do seu planalto se avistam vários dos sítios da região com ocupação romano-republicana (Arruda – Viegas 2014: 243). Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Santarém (Arruda – Viegas – Almeida 2002) permitiram aferir que a romanização do povoado indígena pré-existente se inicia nas últimas décadas do século II a.C. (Arruda – Viegas 2014: 252). Aliás, quer nos níveis fundacionais dos edifícios do século I a.C., quer nas estratigrafias preservadas de época republicana (em várias zonas do planalto) foi possível identificar as habituais “associações artefactuais documentadas para o período tardo-republicano” (Arruda – Viegas 2014: 247), como ânforas itálicas, paredes finas, cerâmica de verniz negro napolitana e mesmo *kalathoi*, para além de moedas e alguns apetrechos militares (glandes e pontas de lança), embora estes últimos em número diminuto. De referir que, no caso das ânforas, as mais antigas, são predominantemente itálicas, registando-se a presença de greco-itálicas e Dressel 1, de entre as quais se registam as de transição, similares às de Arruelas (Maiorca). A cerâmica de verniz negro napolitana é predominante nos contextos mais antigos (Arruda – Viegas 2014: 250), apresentando formas que também encontramos no conjunto de Arruelas, como as Lamb. 5-7 (como a de Tipo 2252 b 1 de Morel apresentada neste estudo) e Lamb. 27 (como a de Série 2825 de Morel, também aqui apresentada). Estes dados levam as autoras a referir uma romanização relativamente tardia do planalto (sobretudo para as duas últimas décadas do

século II a.C.), assistindo-se à sua plena romanização apenas no século I a.C. (segundo quartel). Este facto já anteriormente tinha sido abordado, na análise que foi feita ao sítio de Chões de Alpompé (*Móron*) que terá sido “substituído”, a curta distância, por *Scallabis*, neste processo de controlo do Vale do Tejo. As autoras referem, assim, que o povoado que ocupava então o planalto de Santarém (que não era ainda *Scallabis*) terá “ficado relativamente à margem das movimentações militares ocorridas no terceiro quartel do século II a.n.e., com a campanha de 138, realidade que distingue o sítio dos outros dois importantes povoados pré-romanos da foz do Tejo, Lisboa e Chões de Alpompé, onde esse momento está particularmente bem documentado” (Arruda – Viegas 2014: 250).

Esta problemática é resumida por Carlos Fabião quando analisa o panorama que se apresenta para a conquista romana do Vale do Tejo (Fabião 2014: 21). O autor refere que numa primeira fase, ainda no século II a.C., a ocupação romana republicana se centra de forma mais intensa em dois pontos, *Olisipo* e Chões de Alpompé, embora ao longo do vale existam outros sítios que apresentam evidências de, pelo menos, contactos com produtos itálicos, nomeadamente ânforas greco-itálicas.

Por último, situar-nos-emos nas proximidades do achado que aqui estudamos, averiguando da existência ao longo do Vale do Mondego de materiais que partilhem tipologia e cronologia similares, indiciando a passagem de exércitos rumo à pacificação dos povos setentrionais. Esta análise tem hoje mais razão de ser, pois que o achado de Arruelas (Maiorca) parece vir provar claramente que a utilização dos rios e suas bacias hidrográficas para o abastecimento dos exércitos de Décimo Júnio Bruto não se limitou ao Sul do território, tendo o Mondego servido também para tais fins.

Em Santa Olaia são de destacar os fragmentos de ânforas de origem itálica. Num artigo recente (Silva – Almeida – Pereira 2021: 190) são apresentados desenhos destas mesmas ânforas, sendo de destacar as peças n.º 5 e 6, que apresentam claramente um perfil similar às peças de Arruelas, com o característico bordo triangular pendente bem marcado. De referir que ambas estas peças são referidas como tendo sido recolhidas na plataforma superior do povoado. Também de registo e muito interesse é a existência de pelo menos dois fragmentos de cerâmica de verniz negro

napolitana. Sobretudo um deles, peça n.º 3 (Pereira 2009: Est. XXVIII, n.º 42a; Silva – Almeida – Pereira 2021: 193), apresenta decoração impressa de palmetas, facto que desde logo chamou à atenção pela coincidência decorativa com as peças da próxima Arruelas. A peça observada apresenta notáveis semelhanças com o vaso n.º 3 de Arruelas. Pelo desenho parece ser também um fundo de taça, de perfil muito próximo da peça que estudámos, podendo ser da Série 2825 de Morel. Também notável é a clara semelhança no tipo de pé, que se enquadra igualmente no tipo 234 a1 de Morel. Apresenta também círculo inciso no fundo, com decoração circular (neste caso centrada) feita com roleta, que enquadra o que deveriam ser quatro palmetas em disposição radial. Apenas subsiste uma palmetas inteira e o arranque de outra, sendo que os seus posicionamentos comprovam a aventada localização radial. A palmetas é muito perfeita como as da peça de Arruelas, sendo aliás muito similar a elas, parecendo quase saída da mesma matriz. Esta peça terá surgido nas escavações de emergência aquando da construção do I.P.3 (1992-1993), no sopé do monte, na zona metalúrgica aí identificada e escavada, possivelmente numa fase já de abandono do complexo metalúrgico, pois que a sua laboração terminara dois séculos antes (Pereira 1993: 38). No mesmo recente artigo se dá conta da existência de fragmentos de cinco recipientes identificados como *kalathoi*. Contrariamente ao espécime de Arruelas (que, como vimos, apresenta uma coloração cinzenta escura), todos estes recipientes apresentam colorações entre o castanho acinzentado e as resultantes de cozeduras oxidantes (Silva – Almeida – Pereira 2021: 192-193). Estas diferenças ao nível da pasta/coloração devem resultar de se tratar de diferentes centros produtores, relembrando que a coloração da peça de Arruelas e a ausência de decoração, como referenciado anteriormente, se deve a um regionalismo bem específico da zona da Catalunha.

No que concerne a *Conimbriga*, apesar de se tratar de um povoado indígena romanizado, os dados para as cronologias abordadas neste trabalho são relativamente escassos. Apesar do seu excelente posicionamento geoestratégico, próximo do curso do Mondego e daquela que será a ligação terrestre mestra Norte-Sul ao tempo romano (estrada *Olisipo-Bracara*), parece não ter sentido de forma intensa estas campanhas militares inseridas na conquista romana do Ocidente Peninsular do terceiro quartel do século II a.C.

Nos materiais que mais temos analisado ao longo deste trabalho, apenas são referidos oito fragmentos de cerâmica itálica de verniz negro que aparentam ser de produção napolitana, num total de 86 fragmentos de cerâmicas de verniz negro resultantes das campanhas de escavação luso-francesas (Delgado 1976: 21). Estas peças nem sequer foram desenhadas, pois os fragmentos não apresentavam suficiente perfil para tal, embora seja referido que as peças pareçam ser de boa qualidade. Foi-nos aliás referido pelo Doutor José Ruivo que mesmo nas campanhas de escavação arqueológica mais recentes não se detectaram quaisquer peças desta categoria. Quanto ao material anfórico, são também poucos os fragmentos surgidos. De dois fragmentos apresentados como pertencendo a greco-itálicas, um bordo e um fundo, o bordo parece-nos claramente ter as características das ânforas de transição, da Classe 3 de Peacock e Williams, sendo a sua pasta descrita como tendo inúmeras inclusões de origem vulcânica (Buraca 2005: 22) e apresentando um lábio triangular muito pronunciado (n.º 2 do Catálogo), bastante semelhante às ânforas de Arruelas (Maiorca). Aliás, já na primeira vez em que esta peça foi publicada (Alarcão 1976: 80), apesar de ser classificada como greco-itálica, o autor refere que a sua classificação coloca alguns problemas<sup>2</sup>. As Dressel 1 apresentadas (Buraca 2005: 23-24) já possuem um lábio mais verticalizado (n.ºs 4 a 10 do Catálogo), como tal serão posteriores à fase de transição.

Apesar de ainda ser uma incógnita quanto à cronologia, mais para o interior, mas bastante perto de *Conimbriga*, encontramos o acampamento romano de Antanol. Este sítio arqueológico encontra-se hoje em dia, infelizmente, bastante destruído pela construção e posterior aumento da pista do Aeródromo Municipal Bissaia Barreto. Apresentava planta rectangular, irregular, com cantos arredondados e muralha de terra batida precedida por duplo fosso. Infelizmente, poucos foram os materiais encontrados no local, resumindo-se a *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e, pelo menos, um peso de tear (VV.AA. 1958: 18 e 30). Este facto não permite o estabelecimento de uma cronologia precisa para o acampamento, ficando em aberto a possibilidade de o acampamento romano

<sup>2</sup> Apesar de as referências e as medidas não serem correspondentes nos dois autores, parece-me ser a mesma peça pelo desenho e por só haver menção a ter aparecido um bordo de uma peça greco-itálica.

de Antanol se dever às campanhas de Décimo Júnio Bruto, estando na zona do presumível caminho terrestre da investida para Norte, através da rota que viria mais tarde a constituir a estrada romana de *Olisipo* a *Bracara* (Fabião 1989: 43).

No que diz respeito a *Aeminium* também o panorama não é muito animador. Povoado indígena, romanizado, teve suficiente importância para ser referido por Plínio (*Historia Natural*, 4, 113 e 118). Os dados mais significativos de que dispomos, para a época sobre a qual se debruça este trabalho, resultam das campanhas de escavação levadas a cabo na zona do Museu Nacional de Machado de Castro, onde se localiza o famoso criptopórtico que sustentaria o fórum da cidade. Dentre o espólio recolhido, nos níveis de aterro do Sector A, surgiu um fragmento de ânfora que é classificada como Dressel 1A (Carvalho 1998: 73). De facto, na Estampa IX (Carvalho 1998: 76, peça n.º 2), podemos confirmar que apresenta lábio curto e triangular, semelhante às ânforas recuperadas em Arruelas (Maiorca). Já quanto à peça n.º 3, embora a pasta seja descrita como tendo muitas partículas vulcânicas, nos parece que apresenta o lábio demasiado volumoso e verticalizado para ser atribuível à classe 3 de Peacock e Williams. Já a cerâmica de verniz negro itálico recolhida nesta mesma área (apenas três exemplares) é toda de produção calena (Carvalho 1998: 78), não se coadunando cronologicamente com as ânforas de transição. Um outro sector da intervenção, o C, acabou por ser mais rico ao nível anfórico: há referência a 15 fragmentos da Classe 3 encontrados nos níveis alto-imperiais, o que já é um número mais significativo (Carvalho 1998: 159). Apesar de alguma exiguidade de materiais, o autor é levado a dizer que “a passagem dos exércitos de Décimo Júnio Bruto por esta região terá marcado o início dos contactos deste povoado com o mundo romano”, sendo que os “fragmentos de ânforas vinárias Dressel 1 e de cerâmicas campanienses, entretanto recolhidos, são algumas das importações itálicas que parecem testemunhar esse período conturbado em que a influência romana começava paulatinamente a enraizar-se” (Carvalho 1998: 179).

A região a Norte do Mondego ainda é menos pródiga em vestígios materiais para as cronologias em causa neste trabalho. Apesar de estarem materialmente comprovados contactos mediterrânicos em sítios castrejos, é com as campanhas de Décimo Júnio

Bruto que se dão os primeiros contactos directos entre romanos e os habitantes destes castros. Mas, como já referimos, esta análise mais exaustiva de sítios fora das principais bacias hidrográficas ficará para um futuro trabalho de maior fôlego.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a primeira vez que tive acesso aos materiais provenientes de Arruelas (Maiorca) que tive a noção de estar perante um importante espólio resultante de um naufrágio de cronologia romano-republicana, pois que apesar da sua heterogeneidade material (ânforas, cerâmica de verniz negro itálico e o *kalathos*), as peças eram extremamente homogéneas no que concerne à sua cronologia, sincrónicas, portanto.

Com o aprofundar deste estudo foi ganhando consistência a hipótese de estarmos perante o naufrágio (ou abandono, embora esta hipótese seja menos provável, pois não foi resgatada a carga) de uma embarcação de apoio ligada às campanhas militares romanas levadas a cabo no Ocidente Peninsular, cronologicamente balizado entre 140-130 a.C., e não perante uma embarcação comercial (como a maior parte das que são conhecidas de naufrágios mediterrânicos) que demandasse esta área. De facto, numa região tão pouco “romanizada” à altura, com tão poucos vestígios de importações itálicas com similar cronologia (mesmo mais a Sul eles não são abundantes), não seria crível o surgimento de um naufrágio de um barco comercial. Esta baliza cronológica é ainda compatível com as campanhas militares de Décimo Júnio Bruto para o Norte atlântico. É, claro, cientificamente impossível estabelecer umnexo directo entre este conjunto de materiais e as referidas campanhas de Décimo Júnio Bruto, mas a consistência do conjunto itálico e a sua cronologia tão precoce no que concerne à conquista romana do Ocidente Peninsular permitem deixar esta hipótese em aberto e, creio, dar-lhe alguma plausibilidade. O próprio local do achado, num recanto abrigado desse “mar interior” que seria à época o estuário do Mondego, desde logo chamou a atenção para a hipótese de estarmos perante uma embarcação de apoio às investidas para Norte de exércitos romanos, ao longo da fachada atlântica, visto que, do ponto de vista logístico, seria mais fácil o abastecimento dos exércitos por via

marítimo-fluvial, resultando claro que estas verdadeiras “auto-estradas” fluviais da Antiguidade tiveram um importante papel na conquista romana do Ocidente Peninsular. Esta problemática da logística militar, com o aproveitamento das principais bacias hidrográficas e dos seus portos para a distribuição inerente ao funcionamento das campanhas militares, parece aplicável mesmo em acampamentos militares do interior, como o de Valdetorres (Badajoz, Espanha), que poderá ter recebido os seus suprimentos através do porto de Lisboa e que apresenta materiais e cronologias similares aos de Arruelas (Heras Mora 2021: 147).

O nosso conjunto de peças, apesar de reduzido, apresenta dados interessantes. Um deles prende-se com a sua grande homogeneidade. As ânforas, por exemplo, apesar de algumas ligeiras diferenças no perfil, pertencem todas à mesma Classe. Isso não se verifica na maior parte dos naufrágios que analisámos. Na altura levantámos a possibilidade de este facto se dever a que o possível naufrágio de Arruelas se trata de um navio de apoio militar, com um carregamento único, num único porto (se exceptuarmos o *kalathos*, embarcado durante a viagem), ao passo que as embarcações comerciais iriam constituindo a sua carga ao longo dos portos do Mediterrâneo, daí a sua heterogeneidade, apresentando mesmo ânforas de diferentes proveniências e, como tal, de diferentes classes.

Outro dado interessante, que mais uma vez denota homogeneidade, mas também uma certa raridade, relaciona-se com a constatação de que todos os fragmentos de verniz negro itálico napolitano possuem decoração, algo que referimos não se dever a uma recolha selectiva.

Em comparação com os dados de vários sítios terrestres com cronologia similar, associados às referidas campanhas militares, veja-se o caso de *Valentia*, (Ribera i Lacomba 2014: 73-74), sobressai que em Arruelas falta um elemento, que faria parte do serviço de mesa romano-republicana<sup>3</sup>: a cerâmica de paredes finas, que surge mesmo em naufrágios republicanos, como no de Pudrimel Sur (Asensio 2010: 34). Mais uma vez, a exiguidade de elementos e a forma como foram recolhidos, sem metodologia arqueológica, pode explicar este facto. Mas será sempre de estranhar que um barco que

carregava, para além de contentores de vinho itálico, cerâmica de mesa fina como a de verniz negro itálico, não transportasse também os pequenos vasos destinados a beber, que nesta época consistiam nos copos de paredes finas. O próprio facto de serem pequenas e frágeis peças pode explicar a sua não recolha, pois que podem ter ficado bastante destruídas pela acção da maquinaria pesada. Também se pode ter dado o caso de que a intrusão no subsolo tenha afectado e posto a descoberto apenas uma parte da carga transportada, não tendo chegado à zona ocupada por outros materiais, neste caso onde estariam armazenadas as paredes finas.

Também digno de registo é o facto de terem aparecido, entre as peças recuperadas, três fragmentos, pertencentes a um *kalathos*. Estas típicas cerâmicas ibéricas, também com a função de contentores, aparecem frequentemente associadas às restantes (ânforas Dressel 1A e verniz negro napolitano, para além das paredes finas) que conformam o “padrão material” característico de sítios arqueológicos com esta cronologia, como já atrás referi. Embora algo raros em contextos de naufrágios (referimos acima a existência em Escombreras 2), eles aparecem em sítios terrestres, mesmo do Ocidente Peninsular.

Este achado de Arruelas vem consubstanciar a ideia de que as bacias hidrográficas dos principais rios navegáveis tiveram um importante papel nas campanhas militares da altura. O caso do Tejo sempre foi indismutável, até pelas referências clássicas, mas como vimos toda a região que lhe fica a Norte pouco mais é que um campo desconhecido. Este achado, embora o tenha sido em condições precárias do ponto de vista arqueológico, pela sua localização e pela sua homogeneidade material e cronológica, permite afirmar a importância (ou pelo menos a utilização) do Baixo Mondego como via de abastecimento dos exércitos em movimento para as campanhas do Noroeste Peninsular. Pensamos, aliás, que é caso único de naufrágio desta época em território actualmente português, sendo de realçar mais uma vez que se encontra bem a Norte dos mais importantes sítios, com materiais semelhantes, relacionados com estas acções bélicas. Do que nos foi dado perceber, também deverá ser caso único de naufrágio de embarcação militar (parece-me que não restam dúvidas quanto a esta classificação) desta cronologia no mundo romano-republicano.

<sup>3</sup> Para além de também não ter surgido qualquer vestígio de lucernas, que aparecem por vezes em estabelecimentos de cronologia análoga.

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1976) – Les amphores. In *Fouilles de Conimbriga*, VI. Paris: 79-91.
- ALARCÃO, J. (2004) – *In territorio Colimbricie: lugares velhos (e alguns deles deslembados) do Mondego* (Trabalhos de Arqueologia 38). Lisboa.
- ALVES, C. (2010) – *A cerâmica campaniense de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- ARANEGUI GASCÓ, C. – PLA BALLESTER, E. (1979) – La cerámica ibérica. In *La Baja Epoca de la Cultura Iberica: actas de la mesa redonda celebrada en conmemoración del décimo aniversario de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid: 73-113.
- ARRUDA, A. M. – ALMEIDA, R. R. de (1999) – As importações de vinho itálico para o território actualmente português: contextos, cronologias e significado. In RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. – GORGES, J.-G. (eds.) – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: 307-337.
- ARRUDA, A. M. – PEREIRA, C. – SOUSA, E. – PIMENTA, J. – DETRY, C. – GOMES, J. (2018) – Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas. *SPAL*, 27: 201-227.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*, 22: 101-141.
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. (2014) – Santarém durante a Época Romano-Republicana. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 242-255.
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. – ALMEIDA, M. J. (eds.) (2002) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa.
- ASENSIO, D. (2010) – El comercio de ánforas itálicas en la Península Ibérica entre los siglos IV y I a.C. y la problemática en torno a las modalidades de producción y distribución. In *International Congress of Classical Archaeology Roma 2008* (Bolletino di Archeologia on line Volume speciale). Roma: 23-41.
- BARROS, L. – HENRIQUES, L. F. (2002) – A última fase de ocupação do Almaraz. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: 97-107.
- BATS, M. (1988) – *Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (v. 350-v. 50 av. J.-C.). Modèles culturels et catégories céramiques* (Révue Archéologique de Narbonnaise 18). Paris.
- BONET, H. – MATA, C. (1992) – La cerámica ibérica. Ensayo de tipología. In *Estudios de arqueología ibérica y romana: homenaje a Enrique Pla Ballester* (Trabajos Varios del SIP 89). Valencia: 117-174.
- BURACA, I. (2005) – *Civitas Conimbriga. Ânforas romanas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Inédita.
- CAMPOY, D. A. – REYES, J. P. (2008) – Notas sobre las ánforas adriáticas del pecio Escombreras 2 (Cartagena). In PÉREZ BALLESTER, J. – PASCUAL BERLANGA, G. (eds.) – *Comercio, redistribución y fondeadores: la navegación a vela en el Mediterráneo. V Jornadas de Arqueología Subacuática. Actas*. Valencia: 221-229.
- CARVALHO, P. (1998) – *O forum de Aeminium*. Lisboa.
- COELHO, A. B. (1989) – *Portugal na Espanha Árabe*, 2 vols.. Lisboa.
- COELHO, M. H. C. (1989) – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2 vols.. Lisboa.
- CORTEZ, F. R. (1957) – Pesquisas arqueológicas submarinas, no Atlântico. *Viriatis*, I(II): 120-121.
- DELGADO, M. (1976) – Céramiques campaniennes et de type campanien. In *Fouilles de Conimbriga*, VI. Paris : 21-26.
- DIOGO, A. M. D. (1999) – Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2(1): 235-248.
- DIOGO, A. M. D. – ALVES, F. J. S. (1988-1989) – Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. IV(6/7), 227-240.
- DIOGO, A. M. D. – CARDOSO, J. P. – REINER, F. (2000) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3(2): 81-118.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa.
- FABIÃO, C. (2004) – Arqueologia militar romana da Lusitania: textos e evidências materiais. In PÉREZ-GONZÁLEZ, C. – ILLARREGUI GÓMEZ, E. (eds.) – *Arqueologia Militar Romana en Europa*. Salamanca: 53-73.
- FABIÃO, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 9-24.
- HERAS MORA, F. J. (2021) – El campamento romano de Valdeterres en los conflictos militares de los siglos II y I A.N.E. en el Sur Hispano. In PEREIRA, C. – ALBUQUERQUE, P. – MORILLO, Á. – FABIÃO, C. – CHAVES, F. (eds.) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia* (Estudos&Memórias 15). Lisboa: 133-148.
- IZQUIERDO, A. F. (1995) – Presencia de *kalathoi* en yacimientos submarinos valencianos. *Saguntum*, 29: 123-130.
- LAMBOGLIA, N. (1955) – Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicana (II-I secolo a. C.). *Rivista di Studi Liguri*, 2: 241-270
- LAMBOGLIA, N. (1964) – La campagna 1963 sul relitto di punta scaletta all'Isola di Giannutri. *Rivista di Studi Liguri*, 30: 229-257.
- MOREL, J. P. (1981) – *Céramique campanienne: les formes*. 3 vols. Roma.
- MORILLO, A. – ADROHER AUROUX, A. M. (2014) – El patrón arqueológico de carácter material: un critério imprescindible de identificación de recintos militares romano-republicanos. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 25-43.
- MOTA, N. – PIMENTA, J. – SILVA, R. B. (2014) – Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 149-177.
- PARREIRA, J. C. F. (2009) – *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- PEACOCK, D. P. S. – WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the roman economy – an introductory guide*. Londres.
- PEREIRA, I. (1993) – Figueira da Foz. Santa Olaia. *Estudos Orientais*, IV: 285–304.
- PEREIRA, I. (2009) – As actividades metalúrgicas na I.ª e II.ª Idade do Ferro em Santa Olaia - Figueira da Foz. *Conimbriga*, XLVIII: 61-79.
- PIMENTA, J. (2014) – Os contextos da conquista: *Olisipo e Decimo Júnio Bruto*. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 44-60.

- PIMENTA, J. – ARRUDA, A. M. (2014) – Novos dados para o estudo de Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 375-392.
- PIMENTA, J. – GASPAR, A. – GOMES, A. – MOTA, N. – MIRANDA, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16-20) – Lisboa. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 122-148.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*, 1: 39-57.
- PRINCIPAL-PONCE, J. – SANMARTI, E. (1997) – Las cerámicas de importación, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 7: 35-76.
- PY, M. (1993) – Céramique Campanienne A. *Lattara*, 6: 146-150.
- PY, M. – ADROHER AUROUX, A. M. – SANCHEZ, C. (2001) – Dicocer 2. *Corpus des céramiques de l'Âge du Fer de Lattes (fouilles 1963-1999)*. 2 vols. (Lattara 14). Lattes.
- RIBERA i LACOMBA, A. (2014) – La fundación de Valentia: historia, arqueología, ritos, basureros y cabañas. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 61-85.
- RIBERA i LACOMBA, A. – ROMANÍ, N. (2011) – Valentia. In REMOLÀ VALLVERDÚ – ACERO PÉREZ, J. (eds.) – *La gestión de los residuos urbanos en Hispania. Xavier Dupré Raventós (1956-2006)*, In *Memoriam* (Anejos de Archivo Español de Arqueología LX). Madrid: 313-344.
- ROCHA, A. S. (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz: Catálogo Geral*. Figueira da Foz.
- ROCHA, A. S. (1971) – *Memórias e explorações arqueológicas: Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Coimbra.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) – *Pré-história Recente da bacia do Médio e Alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- SILVA, A. C. F. da. (1983) – A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologias. *Portugalia: Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP*, 4: 121-129.
- SILVA, C. T. – COELHO-SOARES, A. – SOARES, J. (1987) – Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*, 8: 203-219.
- SILVA, R. B. (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 178-199.
- SILVA, R. C. – ALMEIDA, S. O. – PEREIRA, I. (2021) – A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material. *Ophiussa*, 5: 183-206.
- VV.AA. (1958) – *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanol*. (Separata da *Biblos* 35). Coimbra.
- WACHSMANN, S. – DUNN, R. K. – HALE, J. R. – HOHLFELDER, R. L. – CONYERS, L. B. – ERNENWEIN, E. G. – SHEETS, P. – BLOT, M. L. P. – CASTRO, F. – DAVIS, D. (2009) – The paleo-environmental contexts of three possible phoenician anchorages in Portugal. *The Nautical Journal of Nautical Archeology*, 38: 221-253.



## POLÍTICA EDITORIAL

### Objectivos

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017), a Revista Ophiussa converte-se numa edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

### Periodicidade

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro semestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

### Secções da revista

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Os autores / editores que pretendam apresentar uma obra para resenha devem enviar dois exemplares para a direcção da Revista Ophiussa: um para o autor/autora da resenha que será convidado para o efeito e outro para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aceita-se igualmente a apresentação de propostas de resenhas espontâneas.

Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

### Processo de avaliação por pares

Os artigos submetidos são sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (double blind peer review).

Todas as submissões (artigos e resenhas) serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os artigos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / double blind peer review (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica.

O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

A lista dos avaliadores será publicada em ciclos de 3 anos, indicada no final da Revista Ophiussa (versão impressa e digital).

### Ética na publicação

A Revista Ophiussa segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

Apenas serão publicados artigos originais. Para efeito de detecção de plágio ou duplicidade será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.orkund.com/pt-br/>). Serão rejeitadas práticas como a deformação ou invenção de dados. Os autores têm a responsabilidade de garantir que os trabalhos são originais e inéditos, fruto do consenso de todos os autores e cumprem com a legalidade vigente, dispondo de todas autorizações necessárias. Os artigos que não cumpram com estas normas éticas serão rejeitados.

As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas.

Serão considerados os seguintes princípios éticos:

#### 1) RESPONSABILIDADE

A Revista Ophiussa através dos editores e autores tem a responsabilidade absoluta de aprovação, condenando todas as más práticas da publicação científica.

## 2) FRAUDE CIENTÍFICA:

A Revista Ophiussa procurará detectar manipulação e falsificação de dados, plágio ou duplicidade, com os mecanismos de detecção adequados.

## 3) POLÍTICA EDITORIAL E PROCEDIMENTOS

a) Os autores devem ter participado no processo de investigação e do processo de revisão, devendo garantir que os dados incluídos são reais e autênticos e estando obrigados a emitir retracções e correcções de erros de artigos publicados;

b) Os revisores devem efectuar uma revisão objectiva e confidencial e não ter conflitos de interesse (investigação, autores ou financiadores), devendo indicar obras publicadas relevantes que não foram citadas;

c) Na detecção de fraude ou má prática em fase de avaliação deve ser indicada pelos revisores e na fase de pós publicação por qualquer leitor.

d) Em caso de detecção de más práticas em fase de avaliação ou de detecção de artigos publicados previamente, o Conselho Editorial remeterá a ocorrência ao autor estabelecendo um prazo de 7 dias para esclarecimento, sendo posteriormente avaliada pelo Conselho de Redacção. Em fase de pós publicação, o Conselho Editorial poderá arquivar ou determinar a retratação num número seguinte, indicando-se os trâmites prévios.

### *Política de preservação de arquivos digitais*

A revista garante a acessibilidade permanente dos objectos digitais através de cópias de segurança, utilização de DOI, integrando a rede Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), que gera um sistema de arquivo descentralizado.

Relativamente ao auto-arquivo, a revista integra também o Sherpa/Romeu

(<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

### *Política de acesso aberto*

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento. A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).

A publicação de textos na Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada em acesso livre.

Para mais informações contactar:

[ophiussa@letras.ulisboa.pt](mailto:ophiussa@letras.ulisboa.pt)

## EDITORIAL POLICY

### *Objectives*

*Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. After Volume 1 (2017) it became a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

### *Periodicity*

*Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

### *Journal sections*

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

Authors / editors wishing to submit a book for review should send two copies to the direction of Revista Ophiussa: one to the author of the review who will be invited for the purpose and another to the Library of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Spontaneous proposals are also accepted.

Papers written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

### *Peer review process*

Submitted articles are subject to a double blind peer-review evaluation process.

All submissions (articles and reviews) will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal editing standards. Articles that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by UNIARQ direction and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case, up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The list of reviewers will be published in 3-year cycles, indicated at the end of *Ophiussa* (printed and digital version).

### **Publication ethics**

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

Only original papers will be published. For the purpose of detecting plagiarism or duplicity, the URKUNDU platform (<https://www.orkund.com/pt-br/>) will be used. Practices such as the deformation or invention of data will be rejected. Authors are responsible for ensuring that the works are original and unpublished, the result of the consensus of all authors, and comply with current legality, having all necessary authorizations. Articles that do not comply with these ethical standards will be rejected.

Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published.

The following ethical principles will be considered:

#### 1) RESPONSIBILITY:

*Ophiussa* through its editors and authors has the absolute responsibility for approval, condemning all bad practices of scientific publication.

#### 2) SCIENTIFIC FRAUD

*Ophiussa* will seek to detect manipulation and falsification of data, plagiarism or duplicity, with the appropriate detection mechanisms.

#### 3) Editorial policy and procedures:

a) Authors must have participated in the research process and in the review process, and must ensure that the data included is real and authentic and are obliged to issue retractions and corrections of errors of published articles;

b) Reviewers must carry out an objective and confidential review and have no conflicts of interest (research, authors or funders), and must indicate relevant published works that were not cited;

c) In the detection of fraud or malpractice in the evaluation phase, it must be indicated by the reviewers and in the post-publication phase by any reader.

d) In case of detection of bad practices in the evaluation phase or of detection of previously published articles, the Editorial Board will send the occurrence to the author, establishing a period of 7 days for clarification, which will be subsequently evaluated by the Editorial Board. In the post-publication phase, the Editorial Board may file or determine the retraction in a subsequent issue, indicating the previous procedures.

### **Digital file preservation policy**

The journal guarantees the permanent accessibility of digital objects through backup copies and use of DOI, integrating the Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), which generates a decentralized file system.

Regarding the self-archiving, the magazine also includes Sherpa/Romeu (<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

### **Open access policy**

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. It follows Creative Commons guidelines (license CC/BY/NC/ND 4.0).

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. It also has a digital version, in color, available in open access.

For more information contact:

**[ophiussa@letras.ulisboa.pt](mailto:ophiussa@letras.ulisboa.pt)**

## ÍNDICE

Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 3. O «ídolo cilíndrico» de Ervidel (Herdade da Cariola) VICTOR S. GONÇALVES	5
<i>Heads &amp; tails: Bell Beakers and the cultural role of Montejunto Mountain (Portugal) during the second half of the 3<sup>rd</sup> millennium BC</i> ANA CATARINA BASÍLIO	23
O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa, Portugal) no 3.º milénio a.n.e.: entre a <i>antroposfera</i> e a <i>zoosfera</i> FREDERICO AGOSTO	43
The materialization of an iconography: a LBA/EIA metallic representation of an “anchoriform” or “anchor idol” (?) from the Fraga dos Corvos habitat site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal) JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ, ELSA LUÍS, CARLOS MENDES, PEDRO VALÉRIO, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, ANTÓNIO M. MONGE SOARES	69
A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo FRANCISCO B. GOMES	85
O sítio arqueológico de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz, Portugal) no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular FLÁVIO IMPERIAL	105
A importação de ânforas do Tipo <i>Urceus</i> em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES	127
<i>Traianeum de Italica</i> . Campaña arqueológica 2016/2017 SEBASTIÁN VARGAS-VÁZQUEZ	143
El asentamiento rural romano de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, España): Nuevos datos arqueológicos LUIS-GETHSEMANÍ PÉREZ-AGUILAR, SALVADOR ORDÓÑEZ AGULLA	163
A ocupação romana da Lezíria (Castro Marim, Portugal) ANA MARGARIDA ARRUDA, MARGARIDA RODRIGUES	187
Os recursos animais no Noroeste da Lusitânia do período republicano à Antiguidade Tardia (Séculos II a.C. - VII d.C.): Uma perspectiva a partir das evidências zooarqueológicas do centro de Portugal PATRÍCIA ALEIXO, GIL VILARINHO	209
Recensões bibliográficas (TEXTOS: FREDERICO AGOSTO, ANA MARGARIDA ARRUDA)	231
<i>In memoriam</i>	243
Política editorial	246
Editorial policy	247